

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE LEITURA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA NA ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS

ANNA MARIA G. CARMAGNANI*

Professora da Pontifícia Universidade Católica – SP

O presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a contribuição do ensino de leitura em LE na escola de 1º e 2º graus a partir de considerações acerca da importância do ato de ler no contexto da educação brasileira, do desenvolvimento de pesquisas na área da leitura, e das limitações na situação ensino-aprendizagem de inglês como língua estrangeira para alunos desses níveis.

1. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Importância do ato de ler no contexto da educação brasileira é inquestionável por diversas razões.

Primeiramente, porque a linguagem escrita é o meio mais privilegiado pela escola para a veiculação de conhecimentos. Também, por ser a leitura um meio que, se levado a efeito crítica e reflexivamente, conduz o indivíduo à sua plenitude (liberdade)(1). Ao mesmo tempo, a leitura favorece uma participação maior do indivíduo em seu meio já que ela lhe possibilita ter contato com visões diferenciadas de seu e de outros contextos sócio-culturais preparando-o de modo consciente para a ação crítica, portanto, transformadora.

Daí a preocupação que educadores e especialistas da área vêm tendo com o ato de ler, nem sempre estimulado de maneira apropriada na sociedade brasileira como um todo e mais especificamente no contexto da escola.

Neste último, o papel da leitura, nos diversos momentos do histórico de nossa educação, sofreu variações já que refletia as diversas posturas político-ideológicas adotadas pelo país e pelos detentores do poder.

Nas escolas jesuíticas, citando um exemplo mais remoto, a leitura reiterativa foi favorecida visto que as verdades contidas nos textos bíblicos eram inquestionáveis. Mais recentemente, nas duas últimas décadas, o mesmo tipo de abor-

* Membro do Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi S/C. Professora da Pontifícia Universidade Católica – SP.

dagem foi favorecido, agora devido a uma tendência educacional tecnicista. Nesse período, a leitura passou a desempenhar um papel utilitário como instrumento de aquisição de conhecimento na medida em que ela serviu como meio para um 'fazer' e 'produzir' imediatos.

No momento atual, o papel da leitura, no âmbito da escola, passa também pelo crivo dos educadores. Os professores são apontados como os responsáveis pela utilização de um grande número de leituras alienantes, e os alunos são criticados por sua postura ingênua e pouco questionadora. Por outro lado, professores e alunos são responsabilizados pela tão proclamada 'crise da leitura' produto de uma crise maior que é a da escola e da sociedade como um todo. E, esta é, de um modo geral, a situação da leitura em grande parte de nossas escolas.

Entretanto, por não vivermos num meio estático e imutável, não podemos evitar o surgimento de mudanças em vários níveis. A nível político e social, a pretensão atual de maior abertura democrática e participação consciente favorecem o estímulo à leitura como meio de combate à alienação. Esta postura tende a se refletir na política de leitura adotada nos meios educacionais, que por sua vez, se reflete a nível individual e coletivo. Saber ler, gostar de ler, poder ler criticamente podem passar, então, a ser patrimônios adquiríveis e prestigiados.

Uma nova dinâmica em relação ao papel da leitura pode vir a ser instaurada e é esta nova situação que educadores e especialistas na área da leitura estão querendo estimular.

2. DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NA ÁREA DA LEITURA

Um grande número de pesquisas sobre o ato de ler começou a ser realizado a partir dos vários questionamentos advindos dos meios educacionais principalmente. A psicolinguística e os estudos realizados na área da inteligência artificial em muito contribuíram para uma mudança efetiva sobre o modo como vinha sendo discutida e desenvolvida a habilidade de ler.

Psicolinguistas como Smith(78) (2) e Goodman (67) (3) questionaram o conceito de leitura tida por muito tempo como uma habilidade passiva. Defendem em seus trabalhos que a leitura é um processo ativo de construção mental em que a informação dada pelo cérebro é muito maior que a informação que este recebe dos olhos.

Isto fez com que o conhecimento anterior do aluno fosse valorizado, isto é, ele deixava de ser considerado uma 'tabula rasa'. Tudo o que este aluno havia

acumulado como experiência de vida estaria de tal forma organizado que uma 'teoria de mundo' estaria sendo utilizada a cada nova experiência.

Defendem, também, a partir da análise de vários experimentos, que o processamento de leitura é seletivo, portanto, para uma maior eficiência é necessário que o leitor estabeleça o seu objetivo de leitura para um maior aproveitamento da informação. Isto fez com que a nossa prática pedagógica e os princípios que a guiavam fossem revistos e redimensionados.

Reconhecem, por outro lado, as nossas limitações quando da apreensão e retenção de informações. Para podermos lidar com estas limitações, não sobre-carregando o nosso cérebro, procuramos ler significados e não formas já que não conseguiríamos um registro satisfatório destas últimas em nossa memória.

Os estudos na área da inteligência artificial levantaram algumas hipóteses sobre o modo como processamos as informações. Dois tipos de processamento básicos (hipotetizados) para a leitura foram apontados: o processamento TOP DOWN (do todo para as partes) e o processamento BOTTOM UP (das partes para o todo).

Numa postura tradicional, o professor privilegiaria o processamento BOTTOM-UP partindo de uma identificação de letras e palavras para uma compreensão do todo do texto o que consideramos extremamente limitado. Por outro lado, o processamento TOP DOWN, muito estimulado quando procurou-se abandonar o modo tradicional de se lidar com a leitura, também se mostrou limitado quando utilizado exclusivamente.

A partir deste tipo de experiência, concluiu-se que a leitura proficiente não privilegiaria um ou outro tipo de processamento mas envolveria interação dos vários níveis de análise quando do processamento de informações.(4)

Estas, entretanto, são apenas algumas das constatações a que chegaram os pesquisadores que de um modo geral demonstraram uma grande preocupação com o processo da leitura (como compreendemos) e não com o produto (a compreensão). E, obviamente, estas considerações em muito influíram no ensino de leitura tanto em língua materna como em língua estrangeira.

3. O ENSINO DE LEITURA EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

O ensino de leitura em LE em muito foi cercado e desestimulado por diversas razões.

Em primeiro lugar, conforme visto anteriormente, por demonstrarem os nossos alunos uma grande ineficiência mesmo na leitura em língua materna como

resultado de todo um histórico sócio-cultural. Esta ineficiência somada ao fato de terem que lidar com um código verbal novo em muito dificultou o desenvolvimento da habilidade de ler já que os professores partiam do pressuposto que obteriam melhores resultados concentrando-se no código mais do que no conteúdo que as várias combinações veiculavam.

Ao mesmo tempo, a popularidade do ensino de inglês como LE fez com que surgissem novos métodos e técnicas. Entretanto, em nenhuma dessas abordagens a leitura era vista como uma habilidade em si, mas sempre como um meio para se desenvolverem as outras habilidades principalmente a oral que por muito tempo foi a mais privilegiada. O texto em vários momentos serviu como meio para se ensinarem estruturas e vocabulário, em outros limitou-se a agrupar sentenças que utilizavam exaustivamente um ponto gramatical anteriormente apresentado.

Desse modo, acreditavam os professores que a leitura era parte integrante de seu ensino quando na verdade a própria prática demonstrava que isto era apenas o que se imaginava estar fazendo. Os textos via de regra eram lidos em voz alta pelos alunos ou para os alunos, a fim de que o professor pudesse desenvolver um trabalho sistemático de prática de pronúncia. Em seguida, algumas questões ditas de compreensão eram feitas. Estas, por sua vez, testavam conhecimento de vocabulário e se remetiam em grande parte a aspectos secundários do texto, exigindo por parte do aluno, qualquer que fosse o texto, um nível de compreensão detalhado.

Na escola de 1º e 2º graus esta ineficiência se apresentava aliada à ilusão de que com duas aulas semanais as 4 habilidades (listening, speaking, reading, writing) poderiam vir a ser desenvolvidas. Além disso, o número grande de alunos em sala de aula dificultava ainda mais o trabalho que somente em condições especiais conseguia atingir níveis satisfatórios.

Assim, com objetivos quase sempre inatingíveis, falta de equipamento necessário, e muitas vezes despreparo dos próprios professores, o ensino de inglês como LE nas escolas foi acumulando fracassos.

Estes fracassos, por sua vez, geraram mais recentemente um problema ainda maior – o questionamento da validade do ensino de línguas estrangeiras em cursos de 1º e 2º graus a partir da constatação de sua ineficiência. Dada esta situação, cada vez mais este ensino foi sendo discutido e repensado o que causou o surgimento de novas propostas.

Em primeiro lugar, era premente uma redefinição do papel do ensino de LE como parte integrante do currículo. Este não poderia ser visto apenas como uma atividade lingüística ou cultural mas como uma experiência educacional mais abrangente e por isso válida. A partir, então, do estabelecimento de objetivos

mais realistas, condizentes com as necessidades e limitações do sistema educacional brasileiro, o ensino da habilidade de ler tomou novos rumos.

No trabalho de Souza (84) (5) fica clara a tendência de se privilegiar o ensino de leitura na escola de 1º e 2º graus, quando aponta algumas razões para uma mudança efetiva de ênfase quando do ensino de LE. Uma delas se baseia no fato de que o ensino da habilidade de leitura não requer um conhecimento anterior da língua falada. Isto é particularmente relevante em nossa realidade onde as condições reais impedem um trabalho mais voltado à habilidade oral que, por outro lado, viria a ser utilizada por um número limitado de alunos numa situação real de comunicação. Se a leitura pode ser desenvolvida sem que haja necessidade de uma produção oral proficiente, ela fatalmente melhor se adequa à nossa realidade.

Um outro aspecto apontado pelo autor é que em termos de conteúdo os materiais para o ensino de LE estariam mais ligados às nossas necessidades caso reforçassem ou abrangessem os conteúdos de outras disciplinas na forma de textos para leitura seguidos de discussão em língua materna.

Desse modo, enfatizando a leitura minimizamos o problema de limitação de tempo alocado para o ensino de LE na escola e o de número excessivo de alunos em sala de aula. As atividades de leitura permitem uma flexibilidade maior de trabalho (em aula e extra aula) com grupos grandes, ao contrário das atividades orais que exigem uma prática com grupos menores de alunos na sala de aula. Ao mesmo tempo, aponta o autor, se for dada prioridade à habilidade de leitura, a competência oral do professor deixa de ter uma importância fundamental.

Esta idéia é compartilhada por diversos professores de LE e promoveu um grande número de discussões sobre as possíveis contribuições desta mudança de ênfase. A nosso ver, elas se apresentam de vários modos com relação ao aluno, ao professor, ao contexto da escola e da sociedade como um todo.

Com relação ao aluno, diríamos que ele passa a ter mais uma oportunidade na aula de LE de colecionar informações de modo ativo e seletivo interpretando o novo com base no seu conhecimento de mundo. Com isso, a aula de LE deixa de ter um papel marginal pois se descaracteriza como algo usufruído somente pelos que têm aptidão ou fazem cursos paralelos. Todos nessa perspectiva podem contribuir no processo de aprendizagem a nível individual e de grupo. Em termos afetivos, o aluno retoma o interesse pela aprendizagem da LE na medida em que não se sente mais inadequado, incapaz e frustrado, considerando-se que as discussões são feitas na língua materna utilizando seus conhecimentos de outras áreas disciplinares.

Quanto ao professor, é inevitável que se sinta mais motivado já que seus objetivos tornam-se mais claros e principalmente atingíveis. A própria mudança de papéis em sala de aula, agora tendo o aluno um desempenho mais ativo e par-

ticipante, desenvolve no professor uma maior empatia e afinidade com o grupo.

Com relação ao contexto da escola e da sociedade como um todo, diríamos que a primeira ganha, na medida em que consegue (pelo menos parcialmente) obter a tão desejada interdisciplinariedade procurando superar com isto parte de seus ditos fracassos. A sociedade, por sua vez, também ganha a médio e longo prazos já que mais meios surgem para a formação de leitores diminuindo assim a alienação e a propagação da crise da leitura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Buscamos refletir sobre a contribuição do ensino de leitura em LE na escola de 1º e 2º graus, levando em conta o papel da leitura no contexto brasileiro, algumas das pesquisas realizadas, e as limitações que se apresentam na situação ensino-aprendizagem.

Provavelmente algumas das colocações não seriam feitas caso a estruturação de nosso sistema educacional fosse diferente. Neste caso, outras limitações se apresentariam com possíveis propostas para contorná-las.

O ensino de LE passa por grave crise no âmbito da escola e os caminhos delineados anteriormente não mais parecem se adequar aos novos tempos. Entretanto, acreditamos que os resultados positivos já obtidos em algumas escolas através da mudança de prioridades no ensino de LE vêm demonstrar que a ênfase no ensino da leitura apresenta-se como uma resposta apropriada às necessidades da escola no momento histórico atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Vide os Trabalhos de Silva, E. T. (1981). **O Ato de Ler** e FREIRE, P. (1982). **A Importância do ato de Ler**, ambos da Cortez Ed., São Paulo.
2. SMITH, Frank (1978). **Reading**, Cambridge University Press.
3. GOODMAN, K.S. (1967) 'Reading: a Psycholinguistic Guessing Game', posteriormente publicado em **Theoretical Models and Processes of Reading**. Harry Singer e Robert Ruddell (1970), IRA, Newark, Delaware.
4. O trabalho de KATO, Mary A. (1983) 'Processos de Decodificação: a Integração do velho com o novo em leitura'. **Anais – I Encontro Nacional de Professores de Redação e Leitura do 3º Grau**, discute os dois tipos de processamento e a necessidade de utilizarmos ambos em momentos diferentes de nossa leitura.
5. SOUZA, L.M.M. (1984) 'É preciso reavaliar o ensino da língua estrangeira no Brasil', **Interação**, janeiro de 1984, p. 17-18.